



EDITORIAL - VOL. 3, N. 10 (2024)

A REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE PESQUISA EM CRIMES EMPRESARIAIS E COMPLIANCE PROF. JOÃO MARCELLO DE ARAUJO JR. (R-CPJM) tem a grande satisfação de apresentar ao público leitor o seu Número 10, do Volume 03, Ano de 2024. Nessa nova Edição encontram-se 12 (doze) artigos científicos, de autores nacionais e internacionais.

O primeiro artigo, da autoria do titular de Direito Penal da *Buffalo Law School*, Professor Luis E. Chiesa, trata da relevância e dos desafios do Direito Penal Comparado, apresentando suas principais características, bem como as semelhanças e dessemelhanças entre a dogmática penal dos sistemas do *Common Law* e do *Civil Law* – um estudo de rara e invejável profundidade científica.

O artigo seguinte – especialmente elaborado para o CPJM por ocasião do centenário do Código Penal Peruano de julho de 1924 –, foi escrito pelo Catedrático principal de Direito Penal da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, Professor José Urquiza Olaechea, onde se apresenta, de maneira clara e direta, os antecedentes do movimento de codificação penal da República do Peru, que culminou com a aprovação do influente *Código Maúrtua*.

Na sequência, o artigo escrito por Caroline da Rosa Pinheiro, Débora Lubrano de Mendonça e Gisele Alves de Lima Silva – a primeira Professora de Direito Empresarial da Universidade Federal de Juiz de Fora e as demais Professoras do Curso de Direito do Centro Universitário Serra dos Órgãos –, onde se retoma a discussão sobre a necessidade e o impacto da inclusão das mulheres em cargos de gestão, assim como da equidade salarial, de forma a considerar a manutenção do *status quo* como um aspecto da violência de gênero – tema que já objeto de edição especial da R-CPJM: *Dossiê Glass Ceiling*.

O quarto artigo foi escrito por Átila Ferreira, tratando de um tema da maior gravidade, porém pouco discutido pela doutrina, qual seja, o tráfico internacional de resíduos perigosos, em especial o lixo produzido nos países do chamado “primeiro mundo” e que tem sido

contrabandeado para os países em desenvolvimento, com evidente impacto negativo ao meio ambiente de todo o planeta.

O quinto texto foi elaborado por Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara, versando sobre o compliance ambiental, tomando-o como importante ferramenta para a prevenção e repressão de desastres ecológicos causados pela exploração desenfreada dos recursos naturais por parte de grandes conglomerados empresariais, como visto, recentemente, com a necessidade de se repensar a questão da responsabilidade penal da pessoa jurídica.

O artigo seguinte, de autoria de Humberto Souza Santos e Janice Santin, também se detém sobre a problemática e as controvérsias em torno da responsabilidade penal ou semipenal da pessoa jurídica, procedendo a uma análise do ordenamento jurídico italiano, ou seja, do conhecido Decreto Legislativo nº 231/2001.

O sétimo artigo, de autoria da Professora Sofía Andrea Curatolo – docente da Faculdade de Direito da *Universidad de Buenos Aires* –, investiga a possível inconstitucionalidade da proibição da aplicação dos instrumentos da justiça penal negocial aos crimes tributários, à luz do texto constitucional e dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pela República da Argentina.

O oitavo artigo, igualmente de caráter internacional e comparado, é de autoria de Pedro Eularino Teixeira Simão, dispondo sobre a criminalização autônoma da autolavagem de capitais sob a ótica da legalidade e proporcionalidade da intervenção penal estatal. No entender do autor, a lei penal italiana ofereceria a melhor solução para o tratamento da questão no direito brasileiro.

O nono estudo foi elaborado por André Cunha da Silva Alves de Andrade, discorrendo sobre os treinamentos inerentes aos programas de compliance, tomando-os como ferramenta importante para a promoção de uma cultura ética empresarial, apesar dos riscos inerentes aos chamados programas de “fachada” ou de “papel”.

O décimo artigo, de autoria de Igor do Espírito Santo Vieira, adentra no palpitante temática da Inteligência Artificial (IA) e seus reflexos no Direito Penal, com enfoque na análise dos delitos omissivos impróprios e sua pertinência ao Direito Penal Empresarial.

Saindo da temática dos crimes econômicos e empresariais, o décimo primeiro artigo, escrito por Christiane da Silva Souza e Gabriel Cardozo Chargel, versa sobre questões da teoria

da pena, em particular a sua evolução histórica, bem como a suposta inconstitucionalidade do processo político-criminal de encarceramento.

Por fim, o último artigo do Número 10, de autoria de Eduardo de Oliveira Hosken, retoma a sempre atual discussão em torno do instituto jurídico da *willful blindness doctrine* – isto é, da teoria da cegueira deliberada –, apresentando seu conceito e sua pertinência como equivalente à categoria dogmática do dolo eventual.

Por oportuno, veiculamos, ainda, o Edital de “Chamada de Artigos” para o próximo Número da R-CPJM, a ser publicado em setembro de 2024.

Antes de encerrar essas breves palavras, gostaríamos de agradecer aos autores dos artigos que compõem esse Número 10 da R-CMPJ, tendo em vista o interesse, a dedicação e o zelo com os quais trataram os textos que generosamente nos foram enviados.

Agradecemos, igualmente, à nossa diligente Equipe Editorial, bem como aos estimados Avaliadores do nosso periódico científico. Como já mencionado, sem essa convergência de esforços científicos, a *Revista Científica do CPJM* – um periódico de acesso gratuito e de ampla divulgação na Internet – não poderia existir e se consagrar no meio acadêmico nacional e internacional.

Por fim, como de praxe, veiculamos para consulta imediata dos leitores, os *links* de diversos indexadores nacionais e internacionais de revistas e periódicos aos quais a Revista do CPJM já se encontra indexada

Agradecemos a atenção e o apoio de todos!

ARTUR GUEIROS
Editor-Chefe da R-CPJM